

O Judiciário, poder imbuído do dever de proteção das garantias constitucionais, não pode quedar inerte ante a situação precária da população negra brasileira e seu desejo por mais igualdade e efetividades dos seus direitos – até mesmo porque tais problemas acabam, das mais diversas formas, por desaguar nos tribunais, provocados constantemente a dar resposta a uma diversa gama de situações originadas da discriminação, do desrespeito e da violência (institucional ou não) contra o negro em nosso país. Não basta, contudo, olhar para fora: é necessário olhar também para dentro, para a estrutura do Poder Judiciário, espaço no qual os negros ainda possuem pouca representação e visibilidade – um reflexo das distorções e injustiças verificadas na sociedade em geral.

Diante dessas urgências, o CNJ, com apoio da AMB, da ANAMATRA, da AJUFE e dos coordenadores do ENAJUN, realiza o presente evento, voltado a reflexões acerca do enfrentamento do racismo estrutural que se manifesta também institucionalmente no sistema de justiça.